



**ENCCEJA, SISTEMA PRISIONAL E ARTESANATO INTELLECTUAL:  
PRODUÇÃO DE SENTIDOS**

**Rafael Felix Leite<sup>1</sup>**  
rfelix.leite@gmail.com

**Beatriz Medeiros de Melo<sup>2</sup>**  
mmelobeatriz@gmail.com

**RESUMO**

No artigo em tela discutiremos a condição das Pessoas Privadas de Liberdade (PPL) à luz da Teoria Crítica, da memória e dos princípios do “artesanato intelectual” de Wright Mills. No ano de 2013, à convite da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal (Funap-DF), realizamos intervenção artística no Complexo Penitenciário da Papuda (CPP), no Presídio do Distrito Federal I (PDF-I) e PDF-II, ambos localizados em São Sebastião/DF. A temática foi “violência doméstica e familiar”, implementada no intuito de sensibilizar a população carcerária masculina sobre possíveis temas de redação para o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA). Neste artigo, produzido no contexto do ingresso recente do autor no Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnologia (ProfEPT) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (IFAL), retomaremos essa experiência do passado para discutir criticamente o cenário e as relações sociais que se desdobram nos presídios e recuperar seus sentidos a partir da análise de diários produzidos naquele momento, da memória e do princípio do “artesanato intelectual” proposto por Mills. O resultado se apresenta a partir de um percurso que orienta e dá sentido ao trajeto intelectual do autor no presente momento.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sistema prisional. Educação prisional. Artesanato intelectual.

**1 INTRODUÇÃO**

Neste trabalho, será realizado o resgate de uma intervenção em educação prisional através de diários produzidos naquele momento, no objetivo de possibilitar

<sup>1</sup> Psicólogo, mestrando em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (IFAL); preceptor do Projeto de Atenção Integral à Saúde Prisional e Sistema Socioeducativo (PAISPIS) da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (Uncisal) e Mobilizador Social da Fundação Oswaldo Cruz (FioCruz), em trabalho com familiares de presos. E-mail: rfelix.leite@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Estágio de doutorado sanduíche no Instituto de Investigaciones Sociales de la UNAM. Mestre em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP. Graduada em Ciências Sociais pela Faculdade de Ciências e Letras da UNESP. Professora do IFAL – Campus Viçosa e professora pesquisadora (bolsista CAPES) na UFAL, contribuindo com o curso de Licenciatura em Ciências Sociais (modalidade Ead). E-mail: mmelobeatriz@gmail.com

a emergência de produção de sentidos. Em termos metodológicos, é de fundamental importância destacar que se parte de um pressuposto científico que valoriza a vida e a experiência dos sujeitos, na compreensão de que elas são indissociáveis e fundamentais na construção intelectual (MILLS, 1982).

De início, justificaremos a escolha metodológica pelo princípio do “artesanato intelectual”, proposto pelo autor ora citado, para então seguir com a apresentação dos diários produzidos à época, que promoverá um resgate sensível de memórias que podem ser úteis a elucidações daquilo que fora observado e sentido durante a mesma e daquilo que se encontra na literatura científica crítica.

Conforme anunciado, os diários serão analisados à luz de autores como Foucault e Wacquant, dentre outros, que propõem teorias sobre o sistema prisional, principalmente quanto à sua gerência e funcionamento estrutural. Dessa maneira, a partir da incursão apresentada, pretende-se recuperar e produzir sentidos a partir da vivência do autor, no intuito de que tal processo possa contribuir para o entendimento deste complexo contexto de privação de liberdade. Outro objetivo que intuitivamente se configura é o de comparar o que os autores propõem com base no que foi vivenciado.

Em princípio, convém situar de quais sujeitos estamos tratando: as Pessoas Privadas de Liberdade (PPL)<sup>3</sup>, em específico o público masculino. De acordo com dados oficiais do Levantamento nacional de informações penitenciárias (Infopen), os mais atualizados disponíveis, a população carcerária em junho de 2016 atingiu o contingente de 726.712 apenados, distribuídas em presídios estaduais, delegacias e outros espaços de custódia, como “manicômios judiciários” e presídios federais (DEPEN, 2017).

Para se entender esse grupo, é necessário ter em mente que o sistema carcerário no Brasil é um aparelho de exercício de exclusão social sendo a privação de liberdade a “formalização” desta (TAVARES & MENANDRO, 2004). Os dados do Depen (2017) em relação ao perfil deste público apontam para este sentido: 55% possuem até 29 anos, portanto são considerados jovens, segundo classificação do Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013). Além disto, 64% dessa população são compostas por pessoas negras e 51% possuem ensino fundamental incompleto,

---

<sup>3</sup> No corpo do artigo se utilizarão indistintamente os termos “preso”, “detento”, “interno” e “apenado”, mas no nível de discussão em Políticas Públicas o vocábulo mais atual, pretensamente desprovido de estigmas é PPL. Não pretendemos aprofundar esta discussão neste artigo.

somados aos 4% de analfabetos, o que pode sugerir dificuldades/impossibilidades deste público em acessar serviços de educação básica nos contextos em que frequentavam anteriormente.

De acordo com o relatório, 89% da população prisional estão em unidades com superlotação. Quando cruzamos a quantidade de presos, com o perfil socioeconômico e a superlotação, podemos chegar ao resultado de que não existe em curso somente um encarceramento em massa, mas também a criminalização da pobreza e a gestão da miséria (WACQUANT, 2007 e 2011). Cumpre citar que o encarceramento, como programa de gestão da miséria, cumpre uma agenda neoliberalista, estocando frações excedentes da classe operária, regulando e perpetuando a pobreza através do armazenamento de dejetos humanos do mercado, disciplinando-os para o trabalho através de sua reforma moral (*idem*, 2007; RITA, 2007; THOMPSON, 2002). A manutenção do capital se encontra acima de todo e qualquer tipo de humanidade aventada por seus opositores.

As hipóteses para a resolução da crise carcerária são inúmeras: terceirização das gestões prisionais, melhora na qualidade das condições sociais das camadas populares, aumento de polícia nas ruas, prisões mais austeras e severas, instauração da pena de morte etc. Mas nenhuma das propostas dela renega a importância do trabalho e educação neste processo. Parece haver um consenso a esse respeito.

Portanto, o trajeto aqui escolhido tem por finalidade correlacionar a experiência vivida, operando-a como um artesanato intelectual a partir dos diários que serão apresentados na sequência. Comparados às teorias críticas e a emergência e identificação de sentidos, as questões educacionais e profissionais podem ser mais bem trabalhadas durante a pesquisa dos autores.

## **1 DESENVOLVIMENTO**

### **1.2 DO ARTESANATO INTELECTUAL**

Faz parte do corpo do trabalho explorar o máximo possível o método utilizado, confirmando-o como uma maneira válida de produção de conhecimento, para se evitar ora subjetivismos, ora proposições que careçam de cientificidade. Optamos

por adotá-lo, por haver um acúmulo de registros sobre os quais não nos debruçamos no esforço de análise e por enxergamos neles potencial de produção de sentidos.

A noção adotada aqui é proposta por Mills em um apêndice intitulado “Do artesanato intelectual”, que pode ser encontrado na obra “A imaginação sociológica”, sua *magnum opus*. Esta abordagem de Mills nos é cara por duas razões, expostas pelo próprio autor: a primeira é a valorização da vivência pessoal do pesquisador. Ele refere que

[...] o estudante está pessoalmente envolvido em todo o produto intelectual que se ocupe. Dizer que pode “ter experiências” significa que seu passado influi e afeta o presente, e que define a sua capacidade de experiência futura (MILLS, 1982, p.212).

Cumprido citar, neste momento, que essa proposição justifica o percurso de pesquisa do autor após o recente ingresso no Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (IFAL), pois o que foi experienciado no passado, como a trabalhada no artigo em voga, define as possibilidades futuras.

Já a segunda noção que se revela valiosa é sua percepção estrutural, pois afirma que “a ‘realidade’ de qualquer camada é, em grande parte, suas relações com o resto” (*idem*, p.217). Como nos propomos a discutir o cenário e as relações sociais que a atravessam, é fundamental entender como esse contexto se configura ao restante da tessitura social.

Com a proposição metodológica apresentada, o objetivo será resgatar a experiência, buscando o que se mostrar pertinente para a proposta; sistematicamente, a relacionaremos com a Teoria Crítica, na meta de formar uma espécie de modelo funcional de explicação e entendimento. O autor, ironicamente nos adverte: “Por vezes é difícil, mas com frequência, não o conseguiremos” (*idem*, p.240).

Isto posto, nos ateremos na etapa descritiva ao mesmo tempo em que a compararemos à Teoria Crítica, esperando-se que esses escritos possibilitem um espaço potente para produção de sentidos.

## 1.1 DA EXPERIÊNCIA

A intervenção ocorreu em maio de 2013, à convite da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal (Funap-DF) feito à prof. Dra. Flávia Bascuñán Timm, para realizar atividade sobre violência doméstica e familiar no Complexo Penitenciário da Papuda (CPP) localizado em São Sebastião/DF.

À época, Timm era docente do curso de Psicologia da Universidade Católica de Brasília (UCB), instituição em que o pesquisador era graduando no respectivo curso e havia tido contato com a mesma ao cursar a disciplina Psicologia Social. O convite se estendeu a mim, em que eu contribuiria realizando intervenções de rima, por entender que o *Hip Hop*, através do *Rap (rhythm and poetry)* figurava como elemento facilitador da intervenção. E também a outro estudante peruano, que estava no oitavo período da graduação.

A temática foi sugerida no intuito de sensibilizar a população carcerária masculina sobre possíveis temas de redação para o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA). O referido exame foi instituído em 2002 e é uma prova do Instituto Nacional de Ensino e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) para obtenção dos certificados do ensino fundamental e médio. É uma ferramenta de avaliação de participantes que não estavam frequentando regularmente as escolas, contudo, pretendiam obter a certificação. O Encceja é um fundamental meio de avaliação.

Cumprir citar que duas semanas antes, por já existir interesse da minha parte, havia lido o livro “Vigiar e Punir” de Michel Foucault. Compunha conjuntamente o arcabouço teórico da intervenção o prisma de uma Psicologia da Libertação (ou da libertação), rigorosamente compromissada com a promoção da justiça social e combate às opressões promovidas pelo ímpeto imperialista, em suas variadas manifestações e contextos (MARTÍN-BARÓ, 1996).

Além dessa leitura feita por vontade própria do pesquisador, Timm indicou outras leituras sobre relações de gênero, homens e masculinidades (BUTLER, 1998; LIMA; BUCHELE; CLÍMACO, 2008; SAFFIOTI, 1987). Foi indicada também a leitura de publicações do Instituto PAPAÍ<sup>4</sup>, organização de homens e mulheres que visam à promoção de cidadania com justiça social, com ênfase em homens e masculinidades, contra todas as expressões do machismo.

---

<sup>4</sup> Disponíveis em: < <http://institutopapai.blogspot.com/p/publicacoes.html>>. Acesso em: 15/10/2018.

Foram realizadas duas intervenções, uma no turno matutino e outra no turno vespertino, em dois presídios do CPP: o Presídio do Distrito Federal-I (PDF-I) e o PDF-II. No turno matutino, trabalharíamos com presos autores de crimes hediondos e o segundo, autores de crimes sexuais.

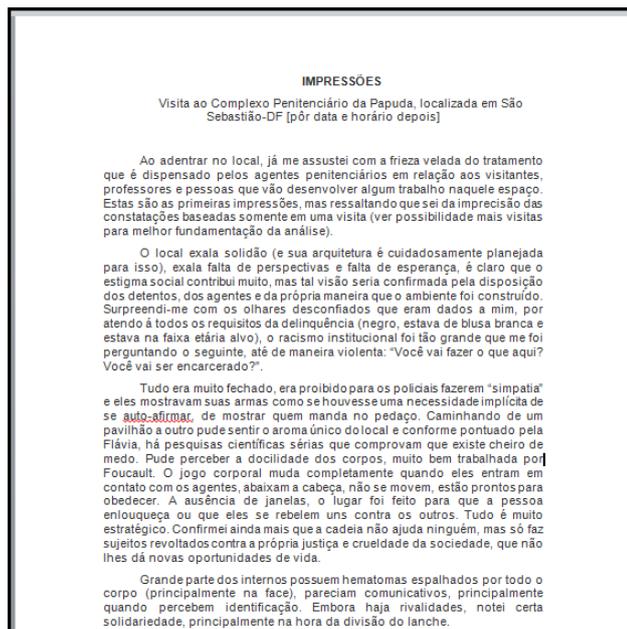
Então, seguiu-se que: entramos no estabelecimento penal, realizamos a intervenção em um dos pavilhões do PDF-I, almoçamos nas dependências e depois fomos para um dos pavilhões do PDF-II. Este foi o primeiro contato direto do pesquisador com o sistema prisional. Os detalhes e pormenores serão trabalhados a partir dos diários.

Partindo-se deste relato geral, assume-se o desafio e segue-se a premissa proposta nas linhas seguintes: “nesse arquivo [do diário] o estudioso, como artesão intelectual, tentará juntar o que está fazendo intelectualmente e o que está experimentando como pessoa” (MILLS, 1982, p.212). O que se torna plausível pelo quanto essa experiência afetou o autor e o aproximou do interesse em pesquisa e intervir nesse ambiente enquanto espaço educativo e de ressocialização.

## 1.2 DOS DIÁRIOS E SEUS SENTIDOS: COMO EDUCAR NOS RINCÕES?

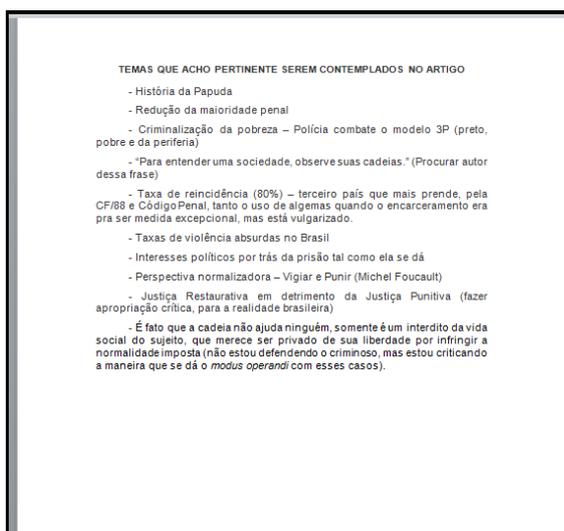
Segue abaixo a reprodução na totalidade dos diários produzidos imediatamente um dia após o que foi narrado. Na época em que Mills escrevera acerca dos diários, o uso de ferramentas digitais era extremamente restrito. Entretanto, quando o autor registrou suas impressões, o fez através de um computador, utilizando o *software Microsoft Office Word*. Para preservar sua escrita e demais detalhes, os diários são reproduzidos fielmente na íntegra nas figuras abaixo.

Figura 1.1 – Página 1 do diário pessoal do pesquisador



Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador

Figura 1.2 – Página 2 do diário pessoal do pesquisador



Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador

Outras memórias foram evocadas a partir do relato à cima, trazendo novos relatos que acrescentarão no diário e podem contribuir no presente trabalho. O diário não será aproveitado na íntegra, somente os trechos que comprovadamente forem pertinentes para os objetivos aqui elencados. Acrescenta-se que as lembranças posteriores revividas através da rememoração também apresentam valor de diário.

Num primeiro olhar, chama a atenção a escrita não acadêmica, mais leve e em alguns momentos, até usando-se até expressões da linguagem informal

“fazerem simpatia”, por exemplo). Na segunda página, no título, se vê que havia a aspiração de transformar o relato em uma produção científica, o que está sendo materializado no presente trabalho, cinco anos depois e com outra maturidade.

Agora seguiremos ao detalhamento do que aconteceu. O CPP se localiza em um local bastante afastado, de difícil acesso e é protegido por um grande portão de ferro; o local era esqualido. Após chegar com a professora e o outro aluno convidado, nos identificamos e tivemos acesso ao interior do PDF-I. Tivemos uma rápida conversa com uma agente carcerária, que nos recomendou a seguir de forma restrita e unívoca as orientações, por uma questão de segurança. De início, ela me advertiu que eu estava com roupa inadequada, pois estava com uma blusa branca, a mesma cor que identifica os internos.

Era nítido que a intervenção representava uma quebra no protocolo e mais que isso, simbolizava certo incômodo para a instituição. Por se tratar de uma instituição total (GOFFMAN, 1999), completa e austera, as normas procedimentais são absolutamente rígidas, inegociáveis e despóticas, pois servem ao controle e à domesticação dos corpos depositados ali (FOUCAULT, 2012). Conforme anunciado, haja vista que o sistema prisional se baliza pelos ditames e demandas do capital, essa docilização tem por intuito fazer esses corpos produzirem mais e melhor, economizando o máximo de recursos possível.

Continuando, fomos escoltados por alguns carcereiros até o pavilhão onde ocorreria a primeira atividade. No percurso, observei uma fila de detentos com as mãos para trás, cabeças baixas, em fila indiana, escoltados por alguns carcereiros armados – não seria exagero afirmar que estavam totalmente submissos. Adentrando no pavilhão, um primeiro desafio: a distância dos apenados.

Após entrar em uma série de compartimentos e enormes portas trancadas a cadeado, ficamos em uma plataforma superior, repleta de homens de preto com armas de grande porte, pareciam sempre preparados para a ocorrência de um motim. Os presos ficavam embaixo e se queixavam conosco: “você tem medo da gente, é?” (sic) e com os agentes: “pra que essa distância toda?” (sic). Tentávamos explicar, sem muito êxito, que estávamos apenas seguindo os protocolos de segurança desta rígida instituição.

Chamou-me peculiar atenção uma torre alta e vazia que se localizava no canto superior esquerdo do pavilhão. Sua configuração me sugeria que ela foi

construída de modo que seu sentinela observasse os pavilhões circundantes, mas os presentes nesses pavilhões não tinham a menor possibilidade de olhar quem estivesse na torre. Naturalmente, emerge aqui a noção de panóptico definido como sistemas de vigilância e punição. Foucault (2012) cita Bentham, idealizador da panoptismo, para melhor ilustrar suas ideias:

[...] Bentham colocou o princípio de que o poder devia ser visível e inverificável. Visível: sem cessar o detento terá diante dos olhos a alta silhueta da torre central de onde é espionado. Inverificável: o detento nunca deve saber se está sendo observado, mas deve ter certeza que sempre pode sê-lo. (p.191)

Entendemos que é por esta razão que a torre estava vazia, conforme os dias passam e os princípios da gerência são in-corporados nos sujeitos, a vigilância é subjetivamente instaurada e rege toda a vida carcerária de quem vive ali. A manutenção do poder opera nos vigiados e dispensa a presença de um repressor, contribuindo para o *status quo* da disciplina que atravessa o ambiente. Comparo o que expus no diário com o que refere Thompson (2002) ao pontuar que não é a solidão que perturba os indivíduos na prisão, mas sim, sua vida em massa, desta maneira, minha impressão diverge com o que é proposto teoricamente por ele.

Para a realização, dispúnhamos de uma caixa de som, um *beat* (instrumental de *Rap*) e um microfone. Assim que os aparelhos estavam ligados, nos apresentamos, falamos o objetivo da nossa presença e procurei saber um pouco mais sobre o público ali presente. Havia pessoas de Taubaté (Recanto das Emas), São Sebastião, Planaltina, Santa Maria, Samambaia, dentre outros. Todas essas regiões da periferia de Brasília, que sofrem com altos índices de descaso governamental e – por conseguinte – também de violência urbana.

As preciosas constatações de Wacquant (2007) sobre seletividade penal puderam ser observadas oportunamente, quando aproveitei para fazer uma aferência visual dos presos. E pude confirmar que, dos presentes, a maioria eram jovens e negros, com algumas exceções de alguns com mais idade e outros não negros, como caucasianos. Esta observação realizada me marcou bastante e confirma os dados do perfil socioeconômico apresentado na introdução (ver p.3), além de nos fazer conceber a existência de certa seleção de pessoas, elencando um tipo específico como alvo do estado penal, este, a serviço do neoliberalismo.

Fiz a sessão de improviso a partir da temática, falando da importância da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), dos variados tipos de violência, da não necessidade de que nós homens, estivéssemos sempre nos afirmando pela agressividade ou violência. Muitos levaram em tom de brincadeira e foram advertidos verbalmente por aqueles que, aparentemente, foram sensibilizados sobre a mensagem. As advertências ocorriam com empurrões amistosos e falas como “pára, véi, é sério o que ele está falando” e “respeita aí, pô!”.

Eles agradeceram bastante a nossa presença; um deles, visivelmente porta-voz do grupo, falou que deveria haver um maior número de atividades culturais nos presídios e acrescentou que eram esquecidos pelo resto da sociedade, reiterando mais uma vez o presídio como depósito humano, lugar de silenciamento e mortificação (WACQUANT, 2007). Os agradei pela atenção dispensada e desejei força pra que aguentassem o restante do cumprimento da pena.

Saindo dali, fomos até o local onde almoçamos e dialogamos um pouco em relação àquela manhã. A professora pontuou que os presos sentiram identificação comigo, talvez pela faixa etária, pela minha raça/etnia (sou negro) e pela linguagem adotada (*Rap*). Comentamos também sobre o quanto o local e seus compartimentos eram enclausurantes, o que sugeria que havia sido planejado para promover cumprimento de pena para além da “mera” privação de liberdade. Dentre outras funções, “a prisão simboliza divisões materiais, materializa relações de poder simbólico; reúne desigualdade e identidade, funde dominação e significação e conecta as paixões e os interesses que perpassam e agitam a sociedade” (WACQUANT, 2007, p.16); além de “transformar” seres humanos “cruéis” em pessoas disciplinadas para o trabalho (RITA, 2007).

Depois do almoço e de um breve descanso, fomos para o PDF-II. Novamente, fomos escoltados. No percurso, ocorreram duas situações interessantes. A primeira foi quando observei mais uma fila de detentos, eles pareciam descontraídos, conversando entre si e mudaram completamente a postura quando chegou um agente. Abaixaram a cabeça, colocaram as mãos pra trás, suas feições se tornaram sérias e sem expressão. Foi uma mudança repentina desencadeada pela presença daquela autoridade. Assemelhava-se a uma servidão “voluntária” e bem apreendida. Supus que haviam incorporado por total as regras sociais do ambiente, tanto por temer por ameaças de coerção física, quanto por in-corporarem o funcionamento do

sistema social da prisão (THOMPSON, 2002). Este autor discute também a “prisionização”, que é a assimilação da cultura prisional (hábitos, costumes, modo de pensar, linguajar por parte dos seus atores) – incluindo a direção da prisão e agentes de cárcere. Dentro desse arcabouço cultural consta a “aceitação de um papel inferior” como um dos *fatores universais de prisionização (ibdem)*, o que, em tese, explicaria essa sujeição.

A outra situação se deu quando estávamos prestes a chegar ao local da segunda intervenção. No que eu intitularei como “furo de segurança”, em um dado momento, caminhei sem escolta, pois os demais acompanhavam minha professora que caminhava à frente (branca, dos olhos claros, cabelo loiro liso), que se identificava no acesso à frente e entrou rapidamente. Neste momento, for força dessa circunstância externa, saí do lugar de acadêmico universitário-interventor externo para o não lugar de possível recluso. Eu ia na direção do acesso, até que fui interpelado por um dos agentes, que estava na porta, ele desferiu um leve tapa em meu peito, barrando meu avanço e me questionou: “quem é você?”; “meu nome é Rafael, sou estudante de Psicologia, estou acompanhando a professora”. A pergunta seguinte sacramentou a situação: “mas você vai ser encarcerado?”. Limitei-me a responder: “não”. Após isto, a carcereira surgiu e liberou a autorização, dando-me um colete preto, para que eu me distinguisse do restante da população carcerária e não fosse confundido tanto nos procedimentos padrões, quanto no caso de alguma emergência. Conforme já explanado, a rigidez procedimental compõe a trama carcerária, mas o que mais nos interessa aqui é que, por atender aos critérios de identidade que apontavam para o sujeito preso (jovem-negro), indiscriminadamente fui tratado como um. *En passant*, citamos Goffman (1999), que refere que o sujeito preso carrega consigo uma pecha que jamais o abandonará, inclusive em sua vida extramuros. Nestes termos, além de, através do meu corpo, confirmar mais uma vez o perfil socioeconômico da população privada de liberdade, sugeri um determinado tratamento a partir do estigma social que me identificava.

Chegamos ao local, que era uma sala de aula. Eles estavam todos dispostos, sentados na cadeira, eram uns quarenta deles; e os já citados homens de preto ficavam do lado de fora, aguardando orientações e fazendo a segurança, controlando o acesso. Aqui já existia uma abismal diferença da primeira intervenção, em que não existia o contato direto. Neste cenário, poderíamos olhá-los nos olhos,

estabelecer toque físico e evidenciar que não o olhávamos pela ótica da periculosidade.

Conforme o diário, reparei que a maioria deles tinham hematomas espalhados pelo corpo, ora na face, ora no rosto, ora nos braços. Não podemos afirmar que essas violências físicas são frutos de conflitos entre os presos, se ocorreram antes ou depois do ingresso na cadeia, mas se o foram impetrados pelos agentes em seus procedimentos de rotina, temos aqui duas proposições: a imposição de controle do corpo pela violência física, embora utilizada ostensivamente, não busca atingir o corpo propriamente dito, mas *através* do corpo, atingir algo no plano simbólico, a saber: a alma. No plano imediato, refere-se a um suplício, mas na sofisticada tecnologia política do corpo contribui no poder disciplinar (FOUCAULT, 2012).

Fiz questão de saudar cada um deles, dando-lhes um aperto de mão. Percebi que nem todos estavam receptivos, mas a maioria agiu de forma hospitaleira e sorridente. Antes de iniciarmos, a agente explicava que os professores eram os técnicos mais respeitados de todo o Complexo Prisional e também os únicos que ficavam sozinhos com os presos em uma mesma sala, sem que isso gerasse intercorrências.

Seguimos o mesmo *script* da manhã. Apresentamo-nos, explicamos a proposta e seguimos com a sessão de improviso. Repeti as temáticas e fui aclamado com uma grande salva de palmas, com assovios e odes de elogio. Agradei por tudo e em seguida, a prof. Timm fez uma fala questionando as masculinidades, em consonância com o aporte teórico adotado.

Seguiu-se a hora do lanche, em que pude observar bastante solidariedade por parte deles, que dividiam copos e guardanapos. Nesse momento, de maior descontração, enquanto lanchávamos, alguns deles contestavam que deveria existir também a Lei “João da Penha”, pois muitos ali se sentiam injustiçados, por não haver aparato legal que os resguardassem em caso de agressão física por parte de uma mulher. Embora demonstre que possivelmente os detentos não incorporaram o que prevê a legislação, essa fala nos é importante na medida em que “a consciência popular do problema – como uma questão e uma preocupação – deve ser cuidadosamente levada em conta: isso é parte dele” (MILLS, 1989, p.223). A partir dessas narrativas, vislumbramos possibilidade de usar novamente o aporte teórico de estudos de gênero e masculinidades. Tentávamos argumentar que a maioria dos

casos de violência eram impetrados entre homens ou de homem para mulher, sendo desnecessário legislação específica para o público masculino, evidenciando assim uma relação hierárquica e heteronormativa de gênero (LIMA; BUCHELE; CLÍMACO, 2008).

Ainda durante o lanche, muitos me pediam pra deixar recados para pessoas que estavam do lado de fora. Confesso que não lembrei o nome dos destinatários, tampouco onde moravam. E ainda que lembrasse, não o faria, mas pude perceber o quanto é intensa a angústia de não manter contato com a realidade externa. Thompson (2002) pontua que o universo penitenciário diz respeito a uma sociedade dentro de uma sociedade e que as inúmeras feições da comunidade livre são drasticamente alteradas, o que promove desajustes e sofrimento psíquicos.

Na despedida, fui novamente saudar a todos ali. Em um dado momento parei para conversar com um preso que me relatava que dançava *break* (dança do *Hip Hop*). Ele referiu que em breve haveria “saídão”<sup>5</sup> e que gostaria de me encontrar. Inocentemente, anotei meu telefone em um papel e entreguei a ele. A agente percebeu e logo interveio na situação e, de forma bastante assertiva, pediu a ele o papel de volta. Ele quis argumentar, mostrou-se desgostoso, mas devolveu. “Você não deveria ter feito isso. Agora você corre grande perigo. Esses sujeitos são perigosos” (sic), disse ela. Em diálogo com minha professora, ela entendeu que foi um erro ocorrido devido à identificação também da minha parte, mas que eu deveria apenas dizer que não estava autorizado a passar essa informação. Entendemos que para além do discurso da manutenção da segurança e preservação de nossa integridade, há o grande paradoxo de “reformatar” o indivíduo para a sociedade, promovendo e esperando dele um comportamento adequado nesta sociedade não livre (THOMPSON, 2002).

Após a intervenção, recebemos um certificado de participação, nos despedimos da agente e então comecei a “digerir” aquele dia. Confesso que fiquei aproximadamente dois meses me sentindo pesado, desanimado e triste com o que havia observado ali, mas decidi que, a partir daquela data, gostaria de contribuir com as problemáticas desse contexto. Posteriormente vi um deles na rua, trabalhando

---

<sup>5</sup> Saída temporária. Prevista na Lei de Execuções Penais (Lei nº 7.210/1984), conforme Art. 122, refere-se a saídas programadas em datas específicas como Páscoa, dia dos pais, dias das mães e Natal. O objetivo é promover ressocialização através do convívio familiar e comunitário.

em um hotel e fiquei imaginando se realmente ele havia superado tudo aquilo que eu tinha observado e sentido.

É a partir desse lugar que iremos para as possibilidades de construção de sentido, mediante as comparações já propostas, situados no tempo espaço do presente.

### **3 CONCLUSÃO**

Temos que, anunciadamente ou não, a prisão tem por objetivo fornecer uma educação total, exaustiva, incessante e despótica (FOUCAULT, 2012). Destarte, a ensino formal promovido nesse contexto é implementado por uma escola cindida da comunidade, não raro, com práticas pedagógicas descontextualizadas, onde é comum o exercício da violência simbólica e institucionalizada e a reprodução hierárquica entre professores e alunos, constituindo-se em uma escola amordaçada (GUZZO, 2005), haja vista que o corpo docente não é a maior autoridade nesses espaços e ocasionalmente enfrenta problemas com a equipe de segurança.

Se por um lado temos a rigidez do sistema penitenciário a favor do capital neoliberal, por outro, temos a possibilidade de contribuir para a emergência de uma escola sem mordanças, que se preste a favorecer a construção de espaços de significados. Os próprios apenados reconhecem e conferem esta legitimidade aos professores, o que contribui para a promoção da educação como direito, num prisma de inclusão e reintegração social, mesmo nesse espaço que despotencia seres humanos e subjuga a humanidade da comunidade carcerária. É este o nosso desafio.

A partir dessa recuperação de memórias, buscamos resgatar sentidos e possibilitar a emergência de novos a partir dos diários. Em princípios, entendemos que eles não se esgotam neste texto produzido, contudo, conforme orienta Mills (1982) relacionamos o sentido das coisas que encontramos e as inventariamos no corpo do artigo, comparando-as com algumas teorias críticas. Chegamos a conclusão de que alguns dos conceitos e proposições observados estiveram presentes na experiência. Os sentidos servem como base substantiva tanto para a compreensão dos fenômenos, quanto para balizar pesquisas futuras a respeito da temática. Enxergamos inclusive no próprio ProfEPT outro importante espaço com

possibilidades de produção sensível, haja vista que os autores também tem se aprofundado na educação nas prisões como interesse de pesquisa.

A questão penitenciária é urgente, a própria legislação federal atual, materializado na Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional (PNAT), instituída em julho de 2018, admite na ampliação e qualificação de postos de trabalho às pessoas presas e egressas uma resposta efetiva na mitigação e eventual resolução dos problemas de reintegração social (BRASIL, 2018). O ProfEPT, por se situar na educação profissional e tecnológica por excelência, refere-se a um campo do conhecimento com grandes contribuições neste sentido.

Tomo emprestada a fala de Dante Moura aos palestrar na aula inaugural do ProfEPT do IFAL<sup>6</sup>, ao responder sobre possibilidades da EPT no sistema, referindo da importância de promover o direito à educação nos “rincões” para os “descamisados da sorte” (sic), vocábulo que inclusive nomeia um dos tópicos do presente artigo.

Que olhemos pros rincões não com medo, com receio, com desânimo, mas com cuidado, com curiosidade, reconhecendo neles um espaço de produção de sentidos, para alunos e professores, ao menos durante o período que compreende o início e o término das aulas. Sejamos nós mesmos, artesões intelectuais no manejo do saber, a favor da criatividade e inventividade. Os rincões aguardam a nossa chegada e seus sujeitos anseiam por aprender porque isso é do humano.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-lei n. 9.450, de 24 de julho de 2018. Institui a Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/Decreto/D9450.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Decreto/D9450.htm)>. Acesso em: 29.set.18.

BUTLER, J. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. **Cadernos Pagu** (n.11), Campinas (SP): 1998: pp.11-42.  
FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 40. ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2012.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. Editora Perspectiva. São Paulo, SP: 1999.

---

<sup>6</sup> Aula inaugural com a palestra “Educação e Trabalho no contexto da EPT” ocorrida em 10/08/2018, no Auditório Oscar Sátyro, no IFAL – campus Maceió.

GUZZO, R. S. L. Capítulo 1 – Escola amordaçada: compromisso do psicólogo com este contexto. Em: **Psicologia escolar e compromisso social: novos discursos, novas práticas** / organizadora, Albertina Mitjans Martinez. Campinas, SP: Editora Alínea, 2005. p.17-30.

Levantamento nacional de informações penitenciárias: **INFOPEN Atualização** – Junho de 2016 /organização, Thandara Santos; colaboração Marlene Inês da Rosa... [et al.]. – Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional, 2017.

LIMA, D. C; BUCHELE, F; CLÍMACO, D. de A. **Homens, gênero e violência contra a mulher**. Saúde soc. [online]. 2008, vol. 17, n.2, pp. 69-81. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902008000200008>>. Acesso em: 15.out.18.

MARTIN-BARÓ, I. O papel do Psicólogo. **Estudos de Psicologia**, 1996, 2(1), p.7-27.

MILLS, C. W. Do artesanato intelectual. Em: **A imaginação sociológica**. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

RITA, R. P. S. História e caracterização de prisão. Em: **Mães e Crianças atrás das grades: em questão o princípio da dignidade da pessoa humana**. Brasília: Ministério da Justiça, 2007. p. 29-65.

SAFFIOTI, H. I. N. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

TAVARES G. M. & MENANDRO P. R. M. Atestado de exclusão com firma reconhecida: o sofrimento do presidiário brasileiro. **Psicologia, Ciência e Profissão**, 2004. 24 (2), p.86-99.

THOMPSON, A. O “Sistema Social da Prisão”. Em: **A questão penitenciária**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2002. p.19-96.

WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

\_\_\_\_\_. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos** [A onda punitiva]. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.